



República Federativa do Brasil
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Corregedoria-Regional

CORREIÇÃO PARCIAL

Documento nº 269/2015

CORRIGENTE: DANIELA OLIVEIRA PROCÓPIO

CORRIGIDO: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DE CARUARU

DECISÃO

Trata-se de pedido de Correição Parcial formulado por DANIELA OLIVEIRA PROCÓPIO contra ato praticado pelo Juízo da 31ª Vara Federal de Caruaru no Processo nº 0502989-41.2015.4.05.8302.

Em suas razões, a Corrigente afirma que ajuizou ação de concessão de pensão por morte contra o INSS, e que o Juízo requerido determinou, por meio de ato ordinatório, a apresentação de documentos pessoais da filha do falecido, conforme consta na certidão de óbito, bem como sua inclusão no polo ativo da demanda, se menor de 21 anos de idade, acostando aos autos sua procuração.

Defende que tal medida configura abuso de autoridade, por não encontrar respaldo legal, e, por não haver possibilidade de recurso contra decisões interlocutórias, nos juizados especiais, seria cabível o manejo da correição parcial.

Argumenta, ainda, ser descabida e desarrazoada a decisão de extinção do feito sem julgamento do mérito.

Requer a concessão de liminar para determinar a suspensão do processo e dos prazos processuais até o julgamento definitivo do mérito. Pugna, ao final, pelo provimento da correição parcial, para determinar a exclusão/cancelamento da exigência feita pelo Juízo requerido.

Em sua manifestação, o Magistrado corrigido afirmou que a autora foi intimada para apresentar os documentos da filha do falecido, ou seja, promover a citação da menor, visando preservar o interesse de incapaz. Disse, ainda, que não foi solicitada medida impossível de cumprimento, já que se exigiu a apresentação de



República Federativa do Brasil
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Corregedoria-Regional

documentos que estão na posse da autora (mãe da menor) e que são necessários para fins de cadastramento de partes no sistema processual (CRETA).

Instado a se manifestar, o MPF opinou pelo não conhecimento do pedido.

É o relatório. **Decido.**

A correição parcial constitui expediente de caráter administrativo, que se destina à correção de atos judiciais irrecorríveis e que configurem inversão tumultuária dos atos e fórmulas da ordem legal do processo, não se confundindo com os recursos ordinários previstos no ordenamento jurídico.

Em outros termos, a finalidade da medida correicional é de inibir condutas procedimentais (*errores in procedendo*) abusivas ou irregulares cometidos pelos juízes dentro do processo, que tumultuem o andamento processual, e quando para o caso não haja recurso.

O Regimento Interno da Corregedoria do TRF da 5ª Região estabelece que "*Caberá correição parcial de ato do juiz de que não caiba recurso, bem como de omissão que importe erro de ofício ou abuso de poder, podendo oferecê-la qualquer das partes da relação processual e o Ministério Público, como fiscal da lei.*" (Art. 6º), e que "*o pedido de correição parcial será apresentado à Corregedoria-Regional, no prazo de cinco dias, contados da ciência do ato ou da omissão que lhe deu causa*" (Art. 6º, §1º).

Dispõe, ainda, que "*O Corregedor-Geral poderá, em decisão fundamentada, rejeitar, de plano, o pedido, se inepto, intempestivo ou insuficientemente instruído, bem como negar seguimento ao pleito correicional manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado.*" (Art. 7º, §2º).

No presente caso, a Corrigente se insurge contra ato ordinatório que determinou a juntada de documentos pessoais da filha do falecido, bem como sua inclusão no polo ativo da ação de concessão de pensão por morte.



República Federativa do Brasil
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Corregedoria-Regional

Como se percebe, a irresignação do corrigente diz respeito à matéria eminentemente jurisdicional. E, a meu ver, a correção parcial não pode ser utilizada como sucedâneo recursal com vista ao questionamento de decisão de cunho jurisdicional, sob pena de violação ao Princípio do Juiz Natural, já que a Corregedoria atuaria como órgão recursal.

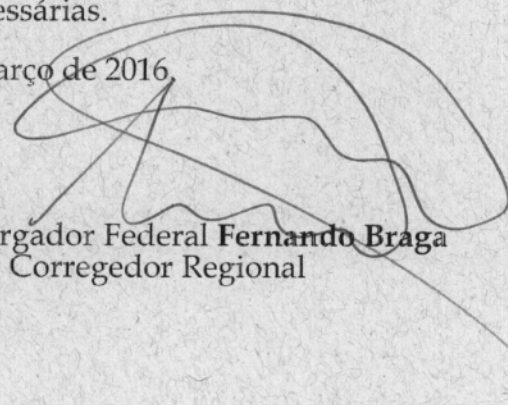
Lembro, ainda, que a irrecorribilidade de determinadas decisões jurisdicionais, a exemplo daquelas previstas na legislação dos JEF's, visa a emprestar maior celeridade às demandas submetidas ao seu crivo. Assim, a inexistência de recurso cabível na legislação específica não é suficiente, por si só, para autorizar o ajuizamento de correção parcial como forma de combate a decisão jurisdicional.

Entendo que a correção parcial apenas poderá ensejar a reforma de decisão judicial quando for consequência necessária do reconhecimento do *error in procedendo* que cause tumulto à marcha processual, o que não se verifica no caso em apreço.

Ante o exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao pedido de correção parcial, com base no art. 7º, §2º, do Regimento Interno da Corregedoria do TRF da 5ª Região, e determino o seu arquivamento.

Intimações necessárias.

Recife, 15 de março de 2016.



Desembargador Federal **Fernando Braga**
Corregedor Regional